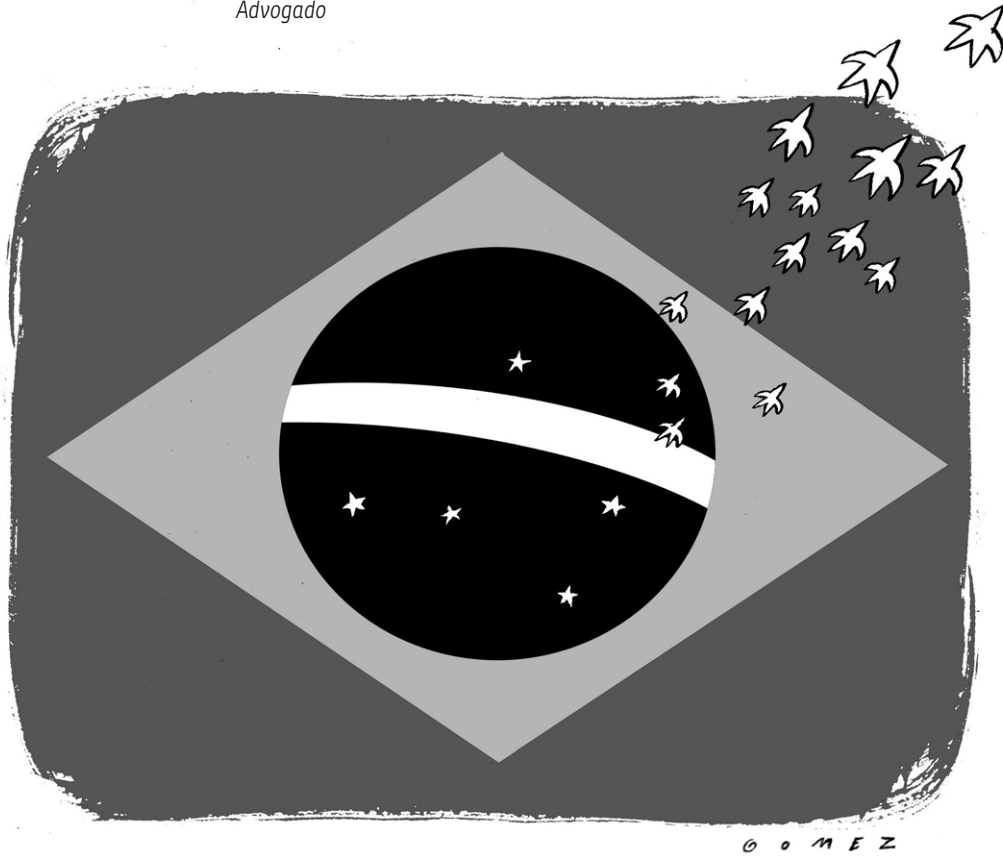


Brasil, exportador de talentos

» SACHA CALMON
Advogado



Eduardo Carvalho nos brinda com um excelente estudo. Segundo o Ministério de Relações Exteriores, 4,2 milhões de brasileiros residem no exterior. Em Portugal, o número de brasileiros cresceu pelo quarto ano consecutivo, atingindo em 2020 o recorde de 183.993 residentes, de acordo com o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal). Hoje são o dobro desses registrados, de fora os ilegais, hoje cerca de 380 mil.

O portal consular do Itamaraty registra que 1,7 milhão de brasileiros estão nos EUA e cresce o número de profissionais qualificados que deixaram o país para morar e trabalhar lá. Em 2020, foram concedidos cerca de dois mil vistos de residência para profissionais com “habilidades excepcionais”, incluindo profissionais de saúde, de acordo com o Departamento de Estado dos EUA.

A disparidade de investimentos em pesquisa e desenvolvimento aumenta a desigualdade entre o Brasil e outros países. Em 2019, os EUA investiram US\$ 613 bilhões, a China US\$ 515 bilhões, enquanto Brasil investiu em 2017 (último dado obtido) US\$ 38 bilhões. O Brasil tem menos de 900 pesquisadores por milhão de habitantes. Países da OCDE têm, em média, 4.000 pesquisadores por milhão de habitantes.

Segundo dados da Receita Federal, o número de brasileiros que apresentaram declaração de saída definitiva do país aumentou a cada ano desde 2010. Naquele ano 18.170. Em 2014 aumentou para cerca de 20 mil. Desde então mantêm-se em patamar entre 21 e 23 mil.

Esse êxodo compreende muitos profissionais considerados excepcionais. É o fenômeno “brain drain”, fuga de cérebros, gerando benefícios financeiros para os países que os acolheram. Entre outubro de 2012 e agosto de 2022, brasileiros investiram cerca de R\$ 4,8 bilhões no programa dos “vistos gold” de Portugal, cuja principal forma de obtenção é a compra de imóveis no valor de 500 mil euros, (R\$ 2,8 milhões) no país.

Estudar no exterior é uma porta para o êxodo e também para beneficiar a economia do país anfitrião. A Associação de Educadores Internacionais (NAFSA), revelou que estudantes internacionais que estudaram em faculdades e universidades nos Estados Unidos durante o ano acadêmico de 2021-22 contribuíram com cerca de US\$ 33,8 bilhões para a economia dos EUA. Na França, 10 mil estudantes internacionais entrevistados contribuíram com cerca de 5 bilhões (euros).

São muitos os motivos para esse êxodo, mas é consensual a falta de perspectiva no futuro do país, causado pelo desarranjo político

brasileiro e por uma economia instável que elimina a crença de que o país poderá se tornar uma nação desenvolvida. Entre 1980 e 2021, o país cresceu menos do que a média mundial ou de outras economias semelhantes, especialmente no governo de Bolsonaro, pelo apagão dos investimentos estatais.

Acima de tudo estava a crença neo liberal a espera de uma milagrosa evolução de investimentos privados que não aconteceram. Vivemos quatro anos de intensa agressão à democracia e politização das forças armadas. Segundo fontes autorizadas devidamente pesquisadas estou me convencendo que o tal neo-liberalismo nos países em desenvolvimento, nosso caso, é altamente maléfico. É hora de deixarmos de lado a repulsa do Estado como indutor do crescimento econômico e social. É de ver o que Roosevelt fez pelos EEUU entre 1932 e 1945, com intensa atuação estatal. Está no livro “tempos muito estranhos”.

O governo de Bolsonaro se pautou pela inação. Noutras palavras não fez nada, nem obras nem convívio republicano, a não ser atacar o poder Judiciário e, principalmente, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma instituição muito elogiada mundo afora e aqui, com fins ditatoriais. É a suposição dos analistas.

Nosso “brain trust”, como dizem os americanos, está saindo do país, ou seja, há uma evasão de pessoas qualificadas. Antes saíam os simples, agora saem todos, embora o êxodo esteja diminuindo.

A questão é que o mundo está prestes a entrar em recessão exceto a China, um país de um bilhão e quatrocentos milhões de habitantes, que não precisa de mão de obra estrangeira e com uma distribuição de renda mais igualitária por força do ideal socialista. Felizmente é o nosso primeiro parceiro comercial. Que se torne investidor!

Na China incentivar a competição econômica e a apropriação de lucros, satisfaz a população, com o progresso econômico do país. Existem mais moradias do que pessoas precisando delas (crise por excesso). De fato, o excesso de casas não vendidas gerou crise bancária na China, agora superada.

Espera-se que em 2030 o PIB da China ultrapasse o dos norte-americanos. Quem nos dera estar perto disso. Aqui não saímos ainda do subdesenvolvimento, cultural, político, social e econômico.

Aprovado o arcobouço fiscal do ministro Haddad, o governo precisa dizer a que veio no plano econômico. Uma política de metas, como fez Juscelino K de Oliveira, nos parece adequado.

LOAS ao presidente, mineiro de Diamantina, o criador do Brasil moderno, o nosso Roosevelt (os EUA de 1932 a 1945 foi por ele governado). Precisamos de um New Deal, a bem do nosso país.

Não basta o combate à pobreza. É preciso alcançar a riqueza e distribuir melhor a renda nacional.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

O resto é conversa

Muito se tem falado em nosso país sobre a imperiosa necessidade de defesa da democracia, como se a dita cuja fosse uma órfã desamparada e que, portanto precisasse da guarda ou tutela oficial dos Poderes do Estado. Não é de se estranhar que em tempos assim, em que até definição primária do sexo transita sobre uma extensa corda bamba, houvesse também dúvidas e temores sobre a tão desprotegida democracia, a ponto de levá-la para uma espécie de fábrica remodeladora, onde receberá as inovações e os dispositivos que as elites no poder desejam.

Nada mais falacioso. Democracia não é, absolutamente, o que definem as autoridades, de cima para baixo. Trata-se de um conjunto de poderes que emanam, exatamente, de baixo para cima. Em termos gerais é dito que a democracia é o que o povo quer que ela seja. Para tanto o manual que melhor explica sua mecânica, finalidades, sua abrangência e seus atores estão contidos, de forma clara, na chamada Constituição República Federativa do Brasil de 1988. Está tudo ali, não sendo necessário reparos de última hora, principalmente confeccionados para atender anseios de governos de plantão.

Alterar esses dispositivos, por menor que seja, sem uma consulta direta aos cidadãos, é um perigo e uma afronta. A sociedade é o único agente plenipotenciário, capaz de propor remendos ou o que quer que seja na Carta Magna. Na dúvida, consultem o manual. Na dúvida sigam o que diz o manual. Em outras palavras, poderíamos dizer também: “É a Constituição estúpido!”. Não se enganem: toda essa discursão atual sobre defesa da democracia, depois de eleições tumultuadas e de todo o histórico que levou a eleição do atual presidente, é, para dizer o mínimo do mínimo, um risco.

Democracias são testadas justamente em momentos de crise. Veja o exemplo dos Estados Unidos e de outros países que possuem Constituições longevas, concisas e que se tornam mais fortes e poderosas, à medida em que atravessam turbulências. Em outros termos pode-se afirmar que democracia é o que a Constituição diz ser. Nada mais.

Cuidado com os latinórios e com as proposições mirabolantes, cheias de hipérboles e termos burilados. Cuidado também com as teses e terminologias adúlteras, todas elas propõem objetivos que não estão devidamente explícitos e conduzirão, inevitavelmente erro. Observem ainda que nenhum dos atores, que estão nesse momento, sob a luz dos refletores, todos eles envolvidos numa refrega insana para a definição do que virá a ser essa “defesa da democracia” contam com a simpatia popular. Curiosamente e até sintomaticamente, nenhum instituto de pesquisa de opinião teve a ideia ou se deu ao trabalho de consultar a população sobre toda essa discursão nos altos escalões da República. Talvez já conheçam ou suspeitem que essas consultas trarão resultados que apontarão majoritariamente contrários a toda e qualquer intervenção de última hora em nossa Carta Maior.

O público, nessa República de privilegiados, está posto à margem sobre tão importante discussão. No fundo, todos esses reformistas sabem, muito bem, que ninguém nesse país, em posse de suas faculdades mentais, deseja submeter ou alterar o que quer que seja nos conceitos de democracia, já existentes e listados na atual Constituição. Defender a democracia é, nesse momento, defendê-la daqueles que querem alterá-las em benefício próprio. O resto é conversa.

Riqueza natural sob risco

» MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
Pesquisador da Embrapa

Há exatos 10 anos, a organização inglesa Trucost, especializada na análise do uso de recursos naturais pelas empresas, publicou o estudo *Capital natural em risco: as 100 principais externalidades dos negócios*, com a conclusão de que as principais indústrias do mundo não seriam lucrativas se pagassem pelo capital natural que usam. O estudo estimou que as maiores indústrias globais gastavam US\$ 7,3 trilhões em capital natural por ano, uma das principais razões pelas quais conseguiam ter lucro.

Uma década depois, os setores industriais do mundo seguem consumindo quantidades crescentes de capital natural não precificado — como ar, água potável, solo e biodiversidade — recursos finitos já muito escassos em vários lugares. Em 2020, o Global Footprint Network calculou ser necessário 1,6 planeta como o nosso para suprir toda a demanda da humanidade, evidência de que a capacidade regenerativa do planeta já foi excedida, com esgotamento de recursos naturais a taxas que colocam em risco a sustentação futura da vida na Terra.

Essa realidade coloca em evidência o conceito de “externalidades” que, na dimensão ambiental, se refere aos custos gerados por atividades econômicas que afetam o meio ambiente e a saúde humana, mas que não são refletidos nos preços dos produtos ou serviços associados a essas atividades. Por exemplo, as empresas que produzem bens que geram emissões poluentes podem causar danos à saúde humana, à biodiversidade e ao clima, gerando custos que não são suportados diretamente por essas empresas ou pelos consumidores dos seus produtos e serviços.

São inúmeros os casos em que custos gerados por atividades, negócios e produtos insustentáveis são externalizados para outras atividades econômicas, a sociedade em geral, ou

para as gerações futuras — enquanto o mais justo seria atribuir tais passivos àqueles diretamente responsáveis pela sua produção. Entre os passivos mais significativos, estão a degradação ambiental e a poluição, com enormes impactos negativos no bem-estar e na saúde humana, que hoje oneram a sociedade como um todo.

Em geral, os setores que dependem diretamente dos recursos naturais ou que fornecem serviços que são diretamente afetados pela degradação ambiental estão mais expostos aos custos externalizados por atividades insustentáveis. O turismo, que é uma importante fonte de renda para muitas regiões e países, é altamente dependente de recursos naturais, como paisagens, praias, parques e reservas naturais. A degradação ambiental e a mudança climática podem desgastar tais recursos, com redução do potencial turístico e da renda gerada pelo setor.

A pesca é outro setor altamente dependente de recursos naturais, como os estoques de peixes e o ambiente marinho. Atividades insustentáveis como a pesca excessiva, a degradação dos habitats e a poluição podem afetar a produtividade, a qualidade dos produtos e a viabilidade financeira dos pescadores e das indústrias do setor. Da mesma forma, a agricultura insustentável pode levar à degradação do solo, ao esgotamento dos recursos hídricos e ao uso excessivo de pesticidas e fertilizantes, que podem contaminar o meio ambiente, afetar a saúde humana e comprometer a segurança alimentar no futuro.

Uma das dificuldades na gestão de muitas das externalidades ambientais é a sua dimensão global e persistência, uma vez que seus impactos podem alcançar grandes áreas e perdurar por gerações. Exemplo mais marcante é o aquecimento global, causado principalmente pela emissão de gases de efeito estufa decorrente das atividades humanas. Outro

exemplo é a contaminação de rios e oceanos com plásticos, poluição que pode persistir por longos períodos, afetando a vida marinha e prejudicando as comunidades que dependem dos recursos naturais desses ecossistemas.

Abordagens simplistas para gerenciar a nossa riqueza natural — como as que defendem externalidades como algo inevitável — têm levado à subvalorização e à exploração desmedida dos recursos naturais, com custos ambientais subestimados ou ignorados. Situações que não deverão perdurar na medida em que crescem em toda a sociedade os clamores pela sustentabilidade, com muitos governos e reguladores exigindo que as empresas internalizem os custos do capital natural e se adaptem a um ambiente regulatório mais restritivo.

Mudanças que requerem investimentos e alterações significativas na forma como as empresas operam. Inevitável, pois, reconhecer que as empresas não poderão fazer essas mudanças sozinhas — o envolvimento de governos e sociedade civil é fundamental para promover e apoiar a transição para sistemas industriais verdadeiramente sustentáveis. Isso exigirá uma mudança fundamental no pensamento e na prática empresarial, bem como uma colaboração significativa entre empresas, governos e sociedade civil.

É cada vez mais necessário que os governos criem políticas públicas que estimulem a adoção de práticas empresariais sustentáveis, como incentivos fiscais para empresas que adotam tecnologias limpas, regulamentação ambiental rigorosa e a promoção de parcerias público-privadas para projetos sustentáveis. A educação e conscientização pública também se tornarão cada vez mais importantes para incentivar a demanda por produtos e serviços sustentáveis e criar uma cultura de consumo consciente.

» A frase que foi pronunciada

“Não precisamos da democratização do privilégio. O que precisamos é da autodisciplina da democracia”

Thomas Parkinson

Na mesma tecla

» Faltam campanhas educativas para manter a saúde pública. Em transportes coletivos ou lugares fechados, as pessoas ainda espirram com a proteção errada. (As que se preocupam em proteger deveriam usar a dobra do braço). Em países onde a educação é uma das prioridades do governo, desde os primeiros anos na escola já se aprende a proteger os outros. Carregadas de germes, as gotículas do espirro foram assunto de publicação no *Jornal de Medicina na Nova Inglaterra*. Veja no blog do Ari Cunha

Com apoio

» Servidores da Câmara Legislativa aderem ao movimento “De bike ao trabalho”. Vale o uso das cicloviárias da cidade. É importante que as empresas deem o suporte de armários, bicicletário e chuveiro. Muitos projetos foram desativados por falta desse apoio.

» História de Brasília

Os edifícios do IAPC, Quadra 106, estão sofrendo tremenda infiltração. Todos os apartamentos localizados no 6º andar vertem água pelas paredes e pelos armários embutidos. (Publicada em 20.03.1962)